

INSS altera contagem e fila chega a 7,62 milhões de pedidos

O número de requerimentos em espera no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) chegou a 7,62 milhões em novembro, segundo informações publicadas no Portal da Transparência Previdenciária. O número se dá porque a autarquia alterou os tipos de solicitações em espera. Entraram na fila seguro-defeso (embora seja de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego), Compensação Previdenciária (Comprev), requerimento judicial, manutenção de benefícios, revisão, Monitoramento Operacional de Benefício (MOB).

No Reconhecimento Inicial de Direitos (RID) o número de pessoas esperando análise bateu 2,96 milhões em novembro. O advogado João Badari, especialista em Direito Previdenciário, avalia que o número de requerimentos represados, atualmente, pode ser superior a 3 milhões.

Ele chama atenção para o tempo de defasagem entre o último portal publicado e o mês corrente. O especialista critica ainda a inclusão de outros requerimentos na fila do INSS.

“Sabemos que não vai ser esse número (2,96 milhões). Fazem isso (incluir outros requerimentos na fila) para tentar enfraquecer ainda mais o INSS”, lamenta Badari.

Novo formato

Os demonstrativos publicados em outubro e novembro adotaram um novo sistema que não é de fácil compreensão e são diferentes, o que dificulta o entendimento do usuário. Termos técnicos, como “por grupo de governabilidade”, por exemplo, não trazem a explicação do que significa.

O Correio da Manhã explica: dentro do acervo de pedidos feitos ao INSS estão, além de aposentadorias e pensões, auxílios assistenciais (Benefício de Prestação Continuada e de legislação especial), perícia médica federal e ações que dependem exclusivamente dos segurados e do Ministério da Previdência Social, como análise de recursos.

Números do BPC

Dos 2,96 milhões na fila, 933 mil aguardam a liberação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos com mais de 65 anos e pessoas com deficiência, desde que comprovem baixa renda.

Para dar conta da fila, o INSS publicou uma portaria com regras. Uma delas retoma a concessão de bônus em dinheiro aos funcionários que trabalharem em mais análises de processos no Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB), que fora suspenso por falta de recursos.

Cada servidor do INSS poderá requisitar novas tarefas e receber R\$ 68 por finalização adicional. No caso da perícia médica esse bônus é de R\$ 75.

De acordo com informações na página oficial da autarquia na internet, com a publicação da portaria, a estratégia é priorizar, na análise dos pedidos previdenciários, as pessoas que estão esperando há mais tempo pela manifestação do instituto, como era na gestão anterior, que analisava com prioridade requerimentos com maior tempo de espera e por grau de vulnerabilidade.

Apesar de anunciar como “nova estratégia” a alteração dos requerimentos, na gestão anterior as filas eram nacionais, permitindo que locais onde a demanda estava reduzida “puxassem” requerimentos para acelerar as concessões.

Desde novembro

Em novembro, o ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, anunciou pelas redes sociais a liberação de R\$ 224 milhões para garantir a manutenção dos serviços, de agências e pagamento de bônus a servidores.

Do total disponibilizado R\$ 217 milhões saíram após negociações com a Casa Civil e Planejamento e o Ministério da Previdência “apertou o cinto” e enviou R\$ 7 milhões para pagar o bônus a servidores.

Dicas para contratar crédito consignado

Com a chegada de 2026, muitos brasileiros consideram recorrer ao empréstimo consignado para organizar as finanças, quitar dívidas ou arcar com os gastos do começo do ano. A modalidade segue como uma das alternativas mais acessíveis do mercado.

“O consignado pode ser um aliado importante para quem busca organizar o orçamento, mas ele precisa ser usado com consciência para não transformar uma solução em um problema”, alerta Túlio Matos, CEO da iCred, fintech especializada em crédito consignado para beneficiários do INSS, antecipação do FGTS e consignado trabalhador.

Revise sua renda e despesas fixas

Antes de contratar qualquer modalidade de crédito, é essencial ter clareza sobre o que entra e o que sai do orçamento todos os meses. A análise da renda líquida, somada às despesas fixas, como moradia, alimentação, transporte e contas essenciais, permite entender quanto realmente está disponível para assumir novas parcelas sem comprometer o equilíbrio financeiro.

Projete seu fluxo de caixa mensal

Planejar o fluxo de caixa não significa apenas verificar quanto entra e sai hoje, mas antecipar como o orçamento pode se comportar nos próximos meses. Isso inclui considerar reajustes de contas, possíveis mudanças de renda, despesas sazonais como impostos, matrículas ou viagens, e até imprevistos comuns no início do ano.

Verifique a margem consignável

A margem consignável determina o percentual máximo da renda que pode ser comprometido com parcelas descontadas diretamente em folha. O cálculo desse limite varia conforme o tipo de contrato e o perfil do consumidor, e funciona como um parâmetro para evitar que o valor das parcelas ultrapasse o permitido pela legislação. Conhecer esse limite antes da contratação ajuda a entender quanto é possível financiar e quais opções estão disponíveis.

Compare taxas entre instituições

As condições do consignado variam entre bancos, fintechs e tipos de contrato, e a diferença pode representar uma economia significativa ao final do pagamento. Segundo levantamento do Procon-SP realizado em junho de 2025, as taxas médias para consignado variaram de 1,84% ao mês, no caso de aposentados do INSS, a 4,32% ao mês no programa Crédito do Trabalhador, reforçando a importância de comparar ofertas e avaliar condições antes da contratação.

<https://jornaldoservidor.com.br/inss-altera-contagem-e-fila-chega-a-762-milhoes-de-pedidos/>

Veículo: Online -> Site -> Site Jornal do Servidor